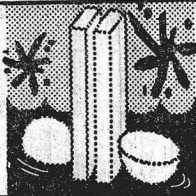


Deputado se declarou
vítima mas continuará
a ser investigado



Comissão avaliou que
documentação era
insuficiente

Uldurico faz greve de fome e escapa da lista

■ Inclusão do deputado baiano foi atribuída a sua rivalidade política com coordenador da Subcomissão de Bancos, Benito Gama

Arte/JB

BRASÍLIA — Após três horas de greve de fome, sozinho no plenário, o deputado Uldurico Pinto (PSB-BA) conseguiu sair da lista das cassações pedidas por seu adversário político e coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA). A aflição de Benito para condenar o rival já provocara um motim na subcomissão: revoltados com a condenação sem provas, contrariando o acerto da véspera, alguns de seus integrantes partiram em romaria para o gabinete do presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). “Não aceito molecagem do senhor Benito Gama”, gritou o pacato senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA, não menos irritado do que Ney Maranhão (PMDB-PRN).

Acusado de em novembro de 91 ter recebido um depósito equivalente a US\$ 3,6 mil da Prefeitura de Porto Seguro, chefiada por seu irmão José Ubaldino. “A sociedade não vai aceitar esta farsa. Estou sendo vítima do arbítrio de um adversário político que tenta me incriminar com documento falso”, afirmou Uldurico, antes do jejum, ao entregar requerimento pedindo uma perícia da Polícia Federal em documento que seria da Prefeitura de Porto Seguro.

Pressão — Um encontro casual entre Uldurico e Benito à porta do gabinete de Passarinho acabou se transformando na primeira acareação das investigações da CPI. “Existe uma pressão para me incluir na lista”, disse Uldurico. “A única pressão que recebi foi de seus aliados”, retrucou Benito. “Você quer me cassar com um documento falso”, prosseguiu o acusado, ao que Benito replicou: “Em nenhum momento usarei uma prova falsa. Só recomendo a cassação de culpados”.

Benito negou que tivesse entregue parecer final recomendando a cassação de Uldurico. Mas não foi o que chegou aos ouvidos dos colegas. “Ele não só mandou o relatório para Magalhães como proibiu os funcionários de mostrar a cópia aos integrantes da subcomissão”, revelou o senador Wilson Martins (PMDB-MS).

Toda a documentação que chegou à CPI sobre o caso Uldurico é insuficiente para formar convicção, segundo integrantes da subcomissão. O próprio Benito admite que são apenas indícios. Na noite de quarta-feira, Benito apelou para “os fortes indícios” que tinha em mãos e propôs a cassação por quebra de decoro parlamentar. Tanto ele quanto o senador Jutahy — os dois baianos do grupo — abstiveram-se de votar. Benito perdeu feio. Foram seis votos pela exclusão de Uldurico.

BALANÇO DAS SUBCOMISSÕES

Cassações indicadas

Genebaldo Correa (2 subcomissões: P, B, E, S)	Ibsen Pinheiro (2 subcomissões: P, B)
Cid Carvalho (4 subcomissões: P, B, E, S)	Flávio Derzi (2 subcomissões: P, E)
João Alves (4 subcomissões: P, B, E, S)	Ricardo Fiúza (2 subcomissões: P, E)
Ronaldo Aragão (4 subcomissões: P, B, E, S)	João de Deus (1 subcomissão: S)
José Geraldo (3 subcomissões: P, S, E)	Daniel Silva (1 subcomissão: S)
Manoel Moreira (3 subcomissões: P, E, B)	Paes Landim (1 subcomissão: S)
Fábio Raunheitti (3 subcomissões: P, B, S)	Saldanha Derzi (1 subcomissão: P)
Feres Nader (3 subcomissões: P, S, B)	Aníbal Teixeira (1 subcomissão: E)
Raquel Cândido (3 subcomissões: P, B, S)	Carlos Benevides (1 subcomissão: E)
José Luiz Maia (2 subcomissões: P, E)	Messias Góis (1 subcomissão: E)
Ézio Ferreira (2 subcomissões: P, B)	Pinheiro Landim (1 subcomissão: E)

Obs.: **Significado das letras:** P (cassação sugerida pela Subcomissão de Patrimônio), E (Emendas), S (Subvenções Sociais) e B (Bancos).

A CPI passou o abacaxi (*)

Para o Ministério Público, TCU e Receita

Margarida Procópio
Ramon Arnus
Walter Annichinno

Para o Ministério Público e Receita

Humberto Lucena
Mauro Benevides
Joaquim Roriz
Édison Lobão
João Alves (govern.)
Mussa Demes
Jorge Tadeu Mudalen
Pedro Irujo
Osmânio Pereira

Sérgio Guerra
Roberto Jefferson
Eraldo Tinoco
Alexandre Costa
Mansueto de Lavor
Dário Pereira
Jesus Tajra
Henrique Hargreaves
Carlos Chiarelli

Para a Receita

Gastone Righi

Para o Ministério Público

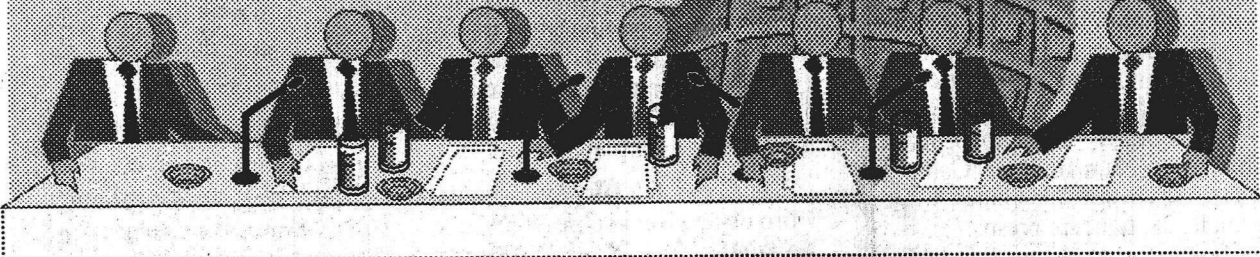
José Carlos Alves dos Santos

(*) Esses casos serão investigados fora do âmbito da CPI porque as subcomissões não obtiveram provas suficientes para incriminar os depoentes. Os casos enviados à Receita Federal dizem respeito a denúncias de sonegação não apuradas. Já os encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) referem-se basicamente a denúncias de má gestão por parte de ocupantes de cargos executivos (ex-ministra Margarida Procópio e dos ex-secretários Ramon Arnus e Walter Annichinno, do governo Collor). O Ministério Público examinará irregularidades diversas.

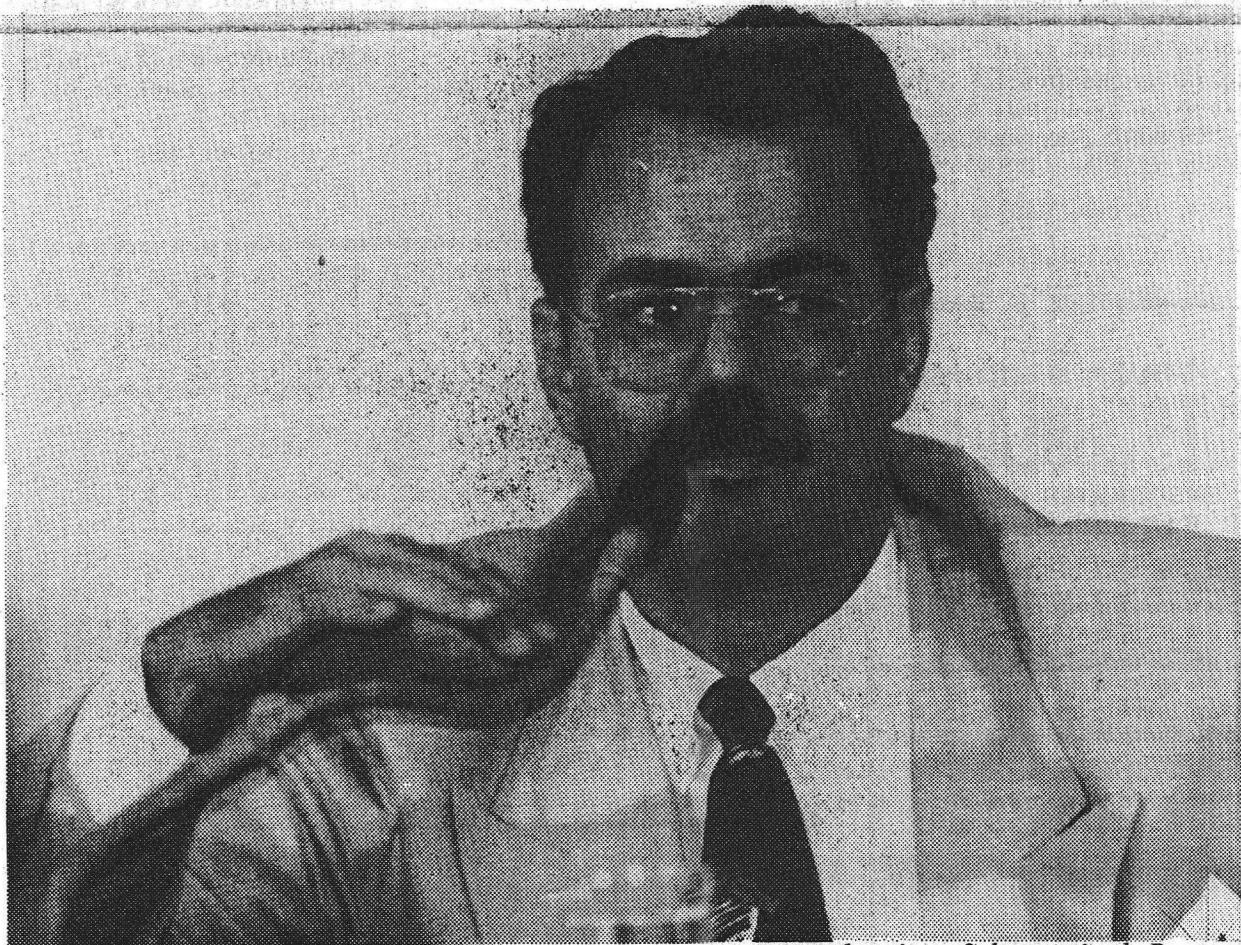
Inocentados

Teotônio Vilela Filho
Valdomiro Lima
Geddel Vieira Lima

Obs.: As subcomissões não encontraram indícios de irregularidade e, portanto os nomes desses parlamentares não constaram em nenhum relatório parcial.



Josemar Gonçalves — 30/12/93



Uldurico teve a seu favor uma 'tropa de choque' formada por integrantes da própria Subcomissão de Bancos